




## ESPORTES PARA AS JUVENTUDES E A DITADURA BRASILEIRA EM UMA IMPRENSA ALTERNATIVA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970

### SPORTS FOR YOUTH, AND THE BRAZILIAN DICTATORSHIP IN ALTERNATIVE PRESS IN THE 1960S AND 1970S

Edivaldo Góis Junior\*

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

 <https://orcid.org/0000-0002-0521-1937>  
[gois@unicamp.br](mailto:gois@unicamp.br)

**RESUMO:** Este artigo analisa as representações das práticas esportivas de jovens no contexto da ditadura militar brasileira (1964-1985) por meio dos semanários *O Pasquim* e *Movimento*. A pesquisa teve como objetivo evidenciar, através da análise de uma parte da imprensa alternativa, de oposição à ditadura brasileira, como esses jornais produziram discursos sobre os esportes. Metodologicamente, recorre-se à análise documental do papel da imprensa alternativa enquanto fonte histórica relevante, considerando sua linha editorial e contexto sociopolítico. Como principais contribuições, o estudo destaca que as práticas esportivas se constituíam em *locus* de disputas simbólicas e políticas, com representações distintas que transitavam entre apoio, crítica e apropriação cultural. A imprensa alternativa estudada mobilizou os esportes ora criticando-os, mas também utilizando-os como metáforas de uma redemocratização política e como práticas culturais de diversas juventudes brasileiras, inclusive progressistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** História do esporte; ditadura brasileira; juventudes; imprensa alternativa.

**ABSTRACT:** This paper analyzes representations of youth sports practices during the Brazilian military dictatorship (1964-1985) through the weekly newspapers *O Pasquim* and *Movimento*. The research aimed to highlight, by analyzing part of the alternative press that opposed the Brazilian dictatorship, how these newspapers produced discourses about sports. Methodologically, the study relies on documentary analysis of the alternative press as a relevant historical source, considering its editorial stance and sociopolitical context. As key contributions, the study highlights that sports practices constituted a locus of symbolic and political disputes, with distinct representations shifting between support, critique, and cultural appropriation. The studied alternative press mobilized sports both by criticizing them and by employing them as metaphors for political democratization and as cultural practices among various Brazilian youth groups, including progressive ones.

**KEYWORDS:** History of sport; brazilian dictatorship; youths; alternative press.

---

\* Professor Associado da UNICAMP. Doutor em Educação Física pela Universidade Gama Filho. Bacharel em História pela USP e Licenciado em Educação Física pela UNESP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa, nível C, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp, na linha Educação e História Cultural; e no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Unicamp.

## INTRODUÇÃO

Em 1963, a cidade do Rio de Janeiro recebia os jogos da fase final do IV Campeonato Mundial de Basquetebol masculino. Mas, especificamente, naquela noite de 23 de maio, no ginásio do *Maracanãzinho*, vizinho do imponente e lendário estádio de futebol do *Maracanã*, havia um ambiente demasiadamente hostil na recepção da equipe nacional de basquetebol da União Soviética que jogaria contra o Brasil. Uma sonora vaia direcionada aos soviéticos desviava a atenção de todos os envolvidos. Parecia não ser simplesmente uma disputa esportiva, pois os demais rivais dos brasileiros no torneio mundial não foram recebidos com a mesma agressividade pela torcida local (Correia *et al.*, 2021). O jornalista Mario Martins, na crônica “Ameaça Crescente”, publicada no *Jornal do Brasil*, condenava o comportamento de parte dos brasileiros naquela praça esportiva:



Semelhante espetáculo não deve ser encarado como simples falta de cortesia. Ele tem raízes mais profundas e mais condenáveis. Mostra a todos nós que, nos subterrâneos da sociedade brasileira, se está armando uma mentalidade de agressividade que não é própria dos brasileiros e que aos nossos sentimentos não corresponde. Hoje, a perturbar, uma partida de basquetebol, amanhã perturbando a tranquilidade é a segurança de toda a população. E, desde já, a todos nós envergonhando e deprimindo (MARTINS, 1963, p. 13).

O Brasil vencera o jogo contra a União Soviética, e, posteriormente, o campeonato mundial disputado em seu território. Entretanto, esta história vai além dos resultados esportivos, pois naqueles anos, entre as décadas de 1960 e 1970, o mundo vivia uma crescente preocupação com a polarização política em âmbito internacional. A chamada Guerra Fria opunha os países capitalistas e comunistas e o Brasil sentia os seus reflexos em um período marcado por uma ditadura militar (1964-1985).

Existe um interesse crescente na historiografia internacional sobre o lugar da América Latina na Guerra Fria, em específico, no papel do Brasil não como simples ator regional dependente dos Estados Unidos, mas também com interesses e objetivos próprios, expandindo seu papel global e intervindo direta e indiretamente em países sul-americanos como Chile, Bolívia e Uruguai (HARMER, 2012). Na compreensão do historiador argentino Carassai (2015), vários estudos enfocaram a violência de regimes militares ditatoriais latino-americanos na Guerra Fria a partir dos seus protagonistas, dos Estados nacionais, entretanto poucos estudos se debruçavam sobre a dimensão simbólica

da violência propagada nestes contextos, o que vem, recentemente, abrindo uma nova linha de investigações.

Na historiografia brasileira, o pesquisador Rodrigo Motta (2014) destacou que a ditadura militar é recentemente um assunto candente em relação aos motivos que levaram à ruptura institucional nos anos anteriores ao Golpe de 1964 (MOTTA, 2014). Nestas análises, os estudos mais recentes têm evitado “representações simplistas sobre a ditadura que exageram a polarização entre resistentes e colaboradores, como se os dois polos resumissem as opções dos atores da época” (MOTTA, 2014, p. 2). Neste sentido, o historiador brasileiro argumenta que um dos problemas de análises simplistas que organizam os atores sociais dicotomicamente “é a tendência a colocar na sombra o apoio de segmentos sociais expressivos ao regime ditatorial, que aderiram de modo espontâneo, sem necessidade de coação” (MOTTA, 2014, p. 2).

Desse modo, não seria apenas suficiente na historiografia narrar as políticas repressivas e as ações de resistência armada e popular, é importante também aos historiadores compreender porque parte da sociedade civil apoiou o autoritarismo, assim como outra parte tentava colocar-se em uma postura de pretensa neutralidade, ou ainda como outros atores resistiram a partir de práticas que confrontavam simbolicamente o conservadorismo de maneira mais sutil, como, por exemplo, por meio de sua produção cultural, através das artes, do humor e, em particular, das práticas esportivas.

Esta pesquisa teve como objetivo evidenciar, através da análise de um corpo documental formado por fontes jornalísticas, como parte de uma imprensa alternativa, de oposição à ditadura brasileira, produziu discursos sobre os esportes, ora criticando-os, ora utilizando-os como metáforas de uma redemocratização política e como expressões culturais de diversas juventudes brasileiras. A questão principal do estudo limita-se à explicação da formalidade das práticas dos esportes mediante diferentes posturas políticas em relação às juventudes e seus comportamentos.

Neste estudo, os esportes são compreendidos em um campo de disputas no âmbito da cultura, no qual determinados grupos identificados pela representação de juventude imprimiam suas respectivas identidades em relação às *práticas*<sup>1</sup>. Em outras palavras, os esportes se constituem como objeto de disputas simbólicas que são condizentes com diferentes identidades como, por exemplo, as políticas. São numerosos

---

<sup>1</sup> Neste artigo sempre que nos referirmos ao termo “práticas” nos baseamos na acepção dada por Certeau (2014), como procedimentos que se estabelecem a partir de muitas formas de fazer entre estratégias e táticas.

os estudos que relacionam os esportes à política. São exemplos as pesquisas sobre os esportes e suas relações com o Estado Novo português em comparação ao brasileiro (DRUMOND, 2014), com as ditaduras brasileiras do século XX (COUTO, 2014), com o populismo de Perón em comparação a Vargas (DRUMOND, 2009), com o militarismo na Inglaterra e França (HOLT, 1995), com associações de britânicos fascistas (SPURR, 2003), com o nazismo (REICHEL, 1999), com o integralismo brasileiro (SIMÕES, 2009) e também com a construção de uma identidade dos jovens universitários brasileiros mediante os interesses do Estado na década de 1930 (PESSOA; DIAS, 2020). Enfim, vislumbram práticas esportivas relacionadas a um aspecto político autoritário e conservador. Contudo seria necessário também pensarmos em outros grupos políticos, ou seja, em uma gama mais diversa de identidades que, em diferentes tempos e espaços, buscava as mesmas práticas. Nesse caso, como seriam as formalidades das práticas esportivas identificadas com a representação das juventudes?

Grosso (2000), ao estudar as juventudes modernas, ensina-nos que a categoria social “juventude” vai além da determinação de uma faixa etária pautada em princípios biológicos e/ou fisiológicos. A juventude é construída socialmente a partir de uma representação ou criação simbólica identificada com determinados grupos sociais para significar comportamentos e atitudes atribuídos aos jovens.

Nesse sentido, compreender em tempos específicos as representações oriundas desta categoria social “juventude” permite elucidar problemas relacionados ao campo cultural, como exemplos, observar as juventudes e seus divertimentos, consumos e relações cotidianas.

Ao enfrentar este problema, entendemos que existem diversas formas de viver a juventude, desse modo, seria mais prudente falarmos em juventudes com determinadas particularidades. Esta concepção carrega as identidades de grupos sociais concretos e heterogêneos formados por classes, estratos, etnias, religiões, diferenças de gênero, mundos urbano e rural (GROSSO, 2000). Dada esta diversidade, cada juventude pode, a sua maneira, reinterpretar a experiência de ser jovem, diferenciando-se dos adultos, das crianças, dos idosos, mas sobretudo de outras juventudes.

O estudo apresentado aqui tem sua delimitação restrita ao grupo de jovens caracterizado como “informais”, que para Grosso (2000) almejavam uma identidade própria e autônoma, mas paradoxalmente, buscavam também o reconhecimento da sociedade de forma mais ampla. Eles gozavam de certa autonomia, mas estavam ligados às agências modernas que tinham como interesse principal a juventude, pois estes grupos

informais eram criados a partir de reações inesperadas e/ou oposições à tutela destas instituições.

Com essas características, uma parte da juventude tomou o esporte como *locus* de lutas simbólicas que ocorriam na sociedade brasileira naqueles momentos de repressão. Em um contexto de disputas políticas e nos embates que envolveram a Guerra Fria no cenário internacional, é também importante ressaltar os usos da imprensa em relação aos esportes e os modelos de comportamento que deveriam prover às juventudes. Por isso, essas representações extrapolaram o campo esportivo e tornaram-se, por meio de parte da produção jornalística, metáfora pertinente de apoio, oposição ou distanciamento em relação ao autoritarismo.

Antes de propormos esta análise documental, no entanto, é preciso uma breve reflexão crítica sobre o uso dos jornais como fonte, pois eles poderiam ser considerados inadequados aos historiadores, visto que seus registros seriam fragmentados e produziram imagens parciais, distorcidas e/ou subjetivas. A produção jornalística seria assim marcada por um influxo de interesses e compromissos ancorados em sua linha editorial. Contudo, na observação de seus discursos, os jornais podem ser bastante úteis mediante alguns critérios que envolvem seu manuseio.

Neste sentido, Abreu (1996) argumenta que nas últimas décadas uma quantidade crescente de trabalhos historiográficos vem se utilizando das informações expressas em periódicos. Ela defende ainda que a valorização do jornal impresso como instrumento de pesquisa fez com que os historiadores interessados em trabalhar com este tipo de fonte desenvolvessem metodologias que os possibilitaram transpor suas limitações.

Por isso, elegemos como fontes os semanários *O Pasquim* e *Movimento* que tinham uma linha editorial de oposição à ditadura, conhecidos pelo termo “imprensa alternativa”, não popular ou nanica, mas sim alternativa, levando em consideração seus redatores e seus públicos. “Assinala-se que a expressão imprensa alternativa se reporta a veículos impressos de abordagem distinta e formato diferenciado dos jornais convencionais; a maioria tinha formato tabloide e, sobretudo, de posicionamento crítico e de oposição” (SOUSA, 2014, p. 12).

Esta imprensa alternativa pode ser compreendida a partir das sociabilidades de jovens escritores e leitores identificados com uma parcela das esquerdas brasileiras mais engajada na defesa de uma frente ampla a partir da bandeira da redemocratização e não necessariamente comprometida com as revoluções socialistas, e também como

possibilidade de resistência frente aos desgastes da revolução armada (SOUSA, 2014; ARAÚJO, 2004)

Para a historiadora Araújo (2004), um dos objetivos da imprensa alternativa era “o de ajudar a forjar um público anti-ditadura militar (especialmente entre jovens estudantes, universitários e pessoas da classe média em geral) criando uma opinião pública cada vez mais favorável ao Estado de Direito e às liberdades democráticas” (ARAÚJO, 2004, p. 170).

As relações entre esta parcela das juventudes, identificadas pelo urbano e com posicionamentos progressistas para o período, são destacadas na tese de doutorado da historiadora Buzalaf, a partir do protagonismo na imprensa alternativa do tabloide *O Pasquim*. Para Buzalaf (2009, p. 34), *O Pasquim* não representava apenas as vozes de seus jovens redatores, mas sim uma voz agregadora para a “Geração de 60”. Logicamente, a historiadora não quer dizer com isto que aquele semanário representasse todas as juventudes dos anos sessenta, ou que ela generalizasse as juventudes pelo comportamento do movimento estudantil, ao contrário, ela faz estas ressalvas e argumenta no sentido de perceber que a produção do *O Pasquim* explica-se por todo um contexto cultural que marcou as juventudes dos anos sessenta, sobretudo em um movimento internacional que eclode principalmente em 1968 em diversos países. O ano que representou um “redemoinho de imagens” (REIS; MORAES, 1998, p. 11), vislumbrou juventudes específicas em diversos contextos nacionais que tinham em comum uma pauta de mudanças nos costumes, nos estilos de vida, nas artes e na cultura.

Em particular, *O Pasquim* tinha uma linha editorial humorística, com sede no Rio de Janeiro, mas com sucursais em todas as principais capitais brasileiras. Publicado a partir de 1969, seis meses depois do Ato Institucional no. 5 de 1968, foi alvo da repressão, tendo em 1970 boa parte de seus redatores presos. Mesmo assim, soube negociar, driblar e resistir aos censores em momentos distintos em uma lenta abertura política que ocorria nos anos de 1970 (BUZALAF, 2009). Mesmo diante das adversidades, o periódico foi um sucesso em termos de vendagem, alcançando uma tiragem de 250 mil exemplares em dezembro de 1969, resultado superior à soma das vendas das revistas *Veja* e *Manchete* (BUZALAF, 2009).

Já o jornal *Movimento*, publicado também semanalmente, teve sua primeira edição em

30 de junho de 1975 e apresentava, em média, uma tiragem de 20 mil exemplares. Sua sede localizava-se em São Paulo, mas era formado por uma gama de

jornalistas de várias capitais e com sucursais em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba, Londrina, Recife, Salvador, Campinas, Belém, Porto Alegre e Rio Branco (SOUSA, 2014).

Segundo a historiadora Sousa (2014), era um jornal que se identificava como uma propriedade coletiva dos jornalistas, “jornal sem patrão”. Surge em um momento em que a censura prévia tinha sido retirada de alguns jornais, inclusive do *O Pasquim*, mas nem por isso deixou de sofrer com a repressão, tendo 40 por cento de seus conteúdos censurados, redações invadidas por policiais e recebimento de ameaças por meio de bilhetes. “Assim nasceu o semanário *Movimento* que se destacou por ser o primeiro a expressar, com clareza, seu programa, defendendo as liberdades democráticas, a independência nacional e a elevação do padrão de vida dos trabalhadores” (SOUSA, 2014, p. 52).

Com uma linha editorial crítica que congregou intelectuais, não era propriamente vinculado ao humor e ironia, como no caso do *O Pasquim*, mas almejava tornar-se um veículo que representasse as esquerdas em um movimento de frente ampla que tentava uma aproximação com o cotidiano das classes populares, com relatos sobre as dificuldades econômicas que impactavam suas vidas, como ilustrado na coluna *Gente Brasileira*.

## AS PRÁTICAS ESPORTIVAS COMO ENGAJAMENTO DAS JUVENTUDES

Tanto *O Pasquim* como o jornal *Movimento* trataram os esportes como práticas de maneiras muito diversas. Talvez essa diversidade de representações sobre o esporte tivesse origem nas diferentes posições dos articulistas e redatores em relação ao fenômeno que atraía um público bastante diverso como espectadores de eventos das mais diversas modalidades. Entretanto o interesse de juventudes diferenciadas em relação aos esportes, colocava aquela prática e seus usos em disputa no campo cultural, o que reverberava no campo político.

Em 1976, o jornal *Movimento* divulgou os resultados da pesquisa de doutorado, defendida na Unicamp, do Prof. Osmar Salles de Figueiredo, que concluía que os maiores interesses dos estudantes universitários naquele período eram, pela ordem de preferência, política, esportes e economia. Naquela lenta e gradual abertura política no Brasil, naquela juventude universitária, o esporte rivalizava com temas relacionados diretamente aos problemas brasileiros (EPB, 1976, p. 10). Havia, desta maneira, uma

força catalisadora dos esportes em relação à juventude, mas não a todos os jovens. Entre os jovens redatores cariocas do *O Pasquim*, as práticas esportivas poderiam, em um primeiro momento, representar uma certa aceitação dos valores considerados dominantes nas sociedades ocidentais. Em outras palavras, manifestavam-se como uma disciplina e uma violência que contradiziam o espírito jovem de liberdade.

Naquele período, o Golpe de 64 representou para os jovens, mais particularmente, para o movimento estudantil, um retrocesso em relação aos projetos de democratização do ensino superior. Aqueles jovens ainda comemoravam a duplicação do número de vagas na antiga Universidade do Brasil, promovida pelo Governo Goulart, quando enfrentaram o golpe. As tensões entre jovens progressistas e conservadores de todas as idades cresciam nos dias antecedentes ao 31 de março de 1964. Segundo Setemy e Mesquita (2022), no campo cultural, os jovens universitários do espectro político de esquerda dominavam as produções artísticas e intelectuais, sendo que um exemplo disso era a organização do Centro Popular de Cultura (CPC), da União Nacional dos Estudantes (UNE), bem como a música de protesto, o Cinema Novo, as peças teatrais, como *Roda Viva*. Por meio da cultura, nos anos 60 e 70, os jovens promoviam o diálogo entre a produção artística e a população mais ampla em um projeto político de formação e conscientização que, inicialmente, não passava pelos esportes.

No entanto, a ditadura militar, desde a metade dos anos de 1970, começou a sofrer com um descontentamento popular. Depois das desmobilizações, torturas e mortes da luta armada, o teatro e a música popular foram instrumentos de resistência ao regime militar por meio de um processo de conscientização (SEVILLANO, 2012).

Particularmente, Daniel Sevillano (2012) explica que depois do AI-5, em 1968, organiza-se uma nova forma de oposição ao regime militar, na qual o movimento estudantil não era mais dominado pelos grupos tradicionais das esquerdas, por conta da violenta repressão à luta armada. Ocorreu, então, uma oposição mais sutil e irônica, além de mais provocadora. Em suas palavras, por exemplo, na USP havia, por parte dos jovens universitários, uma “busca pela socialização por meio de festas e outras atividades culturais [...] bem como as discussões sobre problemas que atingiam o cotidiano dos universitários” (SEVILLANO, 2012, p. 107).

É nesse contexto do período pós AI-5, de enfraquecimento do regime militar e de um processo lento de reabertura política, que analisamos como os esportes, a despeito dos interesses governamentais, mas sim como práticas, eram mobilizados e associados às juventudes. Nossa questão aqui é limitada pela explicação da formalidade das práticas

esportivas mediante diferentes posturas políticas em relação às juventudes e seus comportamentos.

Em algumas oportunidades, quando as juventudes estavam ligadas aos sentimentos de uma contracultura, os esportes, sobretudo os de maiores apelos midiáticos, eram criticados. Aquelas práticas poderiam ser percebidas por parte dos jovens como instrumento de desvio do que importava no campo político, ou seja, opor-se à ditadura brasileira e às manifestações culturais mais relacionadas ao tradicional ou moralmente aceitas como corretas na sociedade de forma mais ampla. Era um movimento que, contudo, não era exclusivamente brasileiro. Para Almada (2021), a década de 1960 e os eventos protagonizados pelas juventudes no maio de 1968 na França e na resistência à ditadura no Brasil são suscetíveis a uma política de memória que ao longo dos anos vem modificando os olhares sobre o período em um sentido de apagamento.

Essa relação entre história e memória foi abordada pela sociologia de Maurice Halbwachs (2006), no clássico *A Memória Coletiva*, no sentido de estabelecer uma distinção clara entre memória coletiva e história. A memória, segundo ele, é viva, dinâmica e emocionalmente carregada, enraizada no presente e nas relações sociais, muitas vezes promovendo as tradições e os vínculos comunitários. A história, em contrapartida, busca distanciamento, crítica e objetividade, sendo que, por meio de documentos, pretende representar os acontecimentos com imparcialidade. Essa perspectiva é criticada por Michael Pollak (1989), que vislumbra na obra de Halbwachs (2006), dada sua perspectiva sociológica marcadamente “durkheimiana”, a percepção da memória coletiva como estabilizadora das relações sociais, constituindo vínculos identitários com o grupo e articulando as memórias individual e coletiva.

Para Pollak (1989, p. 4), Halbwachs não observava “o caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva” que se confunde com um projeto político de nação que apaga ou silencia os grupos minoritários ou excluídos em nome da identidade nacional positivada pelos vínculos afetivos de pertencimento e pela seleção de memórias coerentes com a ideia de um país unido. Nesse sentido, por exemplo, o apagamento do protagonismo dos jovens no período, como aponta Almada (2021), é um ponto relevante para se pensar como as juventudes podiam, por meio de práticas políticas e culturais, se opor ao regime militar de 1964.

Sendo assim, a história não é o lugar da objetividade e a memória, por outro lado, o estandarte das subjetividades individuais e das emoções ligadas a um

pertencimento coletivo, que mobiliza identidades. Essa visão dualista de história e memória precisa ser problematizada.

Em relação à historiografia da ditadura militar, Marcos Napolitano (2020) ressalta a premissa de que o historiador deve enfrentar os dilemas das memórias que interferem em sua análise, como os traumas das vítimas e os tabus da sociedade, mas também compreender a necessidade de superar as dicotomias entre objetividade e subjetividade, documento e testemunho, história e memória, esquerda e direita, para produzir um conhecimento pautado pela reflexão, o que, em suas palavras: “não significa, em absoluto, abrir caminhos para relativizar crimes contra a humanidade ou reconhecer o valor epistemológico e a legitimidade científica dos negacionismos que assombram o conhecimento histórico” (NAPOLITANO, 2020, p. 20).

Assim, quando acessamos as fontes, observamos um sentimento crescente de oposição à vida cotidiana naquelas sociedades e no protagonismo de uma juventude representada não só pelo movimento estudantil, mas também por outros jovens engajados em um projeto de transformações sociais e de resistência por meio de práticas culturais, a exemplo dos esportes, que são esquecidos pela historiografia no sentido de percebê-los em seus usos por parte das juventudes que se opunham à ditadura. Esses silêncios, sobre as lutas no campo cultural, também se ancoram em uma historiografia que ressalta demasiadamente a violência dos opressores e a resistência organizada da luta armada (MOTTA, 2014).

Na historiografia do esporte, como lembra Bruno Rei (2020), no campo da memória coletiva sobre a ditadura militar, que se estruturou a partir da Anistia de 1979, como os “anos de chumbo”, do mesmo modo, vislumbra-se nuclearmente as experiências das vítimas da repressão e a violência dos perpetradores. Essa memória contrasta fundamentalmente e silencia sobre uma sociedade civil que incorporava a propaganda da ditadura militar, apoiada também pelas vitórias e as organizações de diversos eventos esportivos, para ilustrar a perspectiva de um governo que fomentava um “consenso social”, que buscava enaltecer o projeto militar de país também por meio dos eventos esportivos.

Compreendemos, assim, que essa propaganda governamental, permeada pelos esportes e ilustrada como um “consenso social”, baseou um discurso antiesportivo por parte de alguns dos redatores da imprensa alternativa. No entanto, havia também muitas manifestações de prazer, alegria e contentamento em viver o esporte nas mesmas fontes. Em outras palavras, era um tema tratado a partir de diferentes representações. A estrutura

binária juventude progressista *versus* juventude esportivizada não se sustenta na análise do corpo documental. Embora houvesse em parte das matérias jornalísticas um viés de crítica ao esporte por sua associação a estruturas de poder, logo eram apresentados argumentos que incitavam reflexões sobre os usos do esporte, de forma geral, e da ditadura brasileira, em particular. O jornal *Movimento*, por exemplo, em 1975, publicou o artigo intitulado “Os décimos lugares”, que criticava a atuação governamental no campo esportivo e aludia uma massificação urgente das práticas esportivas. Em seus termos:

Além das declarações do Presidente do Conselho Nacional de Desportos, Brigadeiro Jerônimo Bastos, conformado com o insucesso em Munique, mas dizendo que para os Jogos do Canadá o Brasil teria tempo de preparar melhores equipes, o que se fez de concreto para superar as deficiências do País no campo do esporte amador? (AZEDO, 1975, p. 9)

Havia na crítica do articulista a observação de uma dissonância entre o discurso governamental de valorização do esporte e as condições concretas de fomento às práticas esportivas. No discurso oficial, o abandono de políticas esportivas que democratizassem a prática entre os jovens era causado por governos civis anteriores, pelo atraso impetrado pelo passado da nação, que relegou às juventudes altas taxas de analfabetismo, precária educação sanitária, déficit nutricional e outros problemas sociais. Bruno Duarte Rei (2020) demonstra, por exemplo, como o governo Médici, em 1972, por ocasião Sesquicentenário da Independência, organizou eventos esportivos para comemorar e representar uma unidade da pátria. No entanto, não se tratava efetivamente de uma política no campo esportivo, mas, sim, do enaltecimento de uma efeméride.

Talvez por isso houvesse por parte da imprensa alternativa uma maior tendência em apoiar as práticas esportivas se estas fossem mais disseminadas, consideradas mais populares e mais afastadas do espetáculo esportivo das televisões, como o futebol profissional dos grandes clubes. Assim, modalidades esportivas que não tinham o mesmo apelo comercial e midiático eram incentivadas tanto pelo *O Pasquim*, como pelo *Movimento*. O jornalista Plínio Marcos ao cobrir uma excursão da seleção brasileira de Futebol Amador, ou seja, uma seleção de jogadores de futebol sem relação com clubes, sem salários, jovens que praticavam futebol em seus bairros e organizações amadoras, teve seu total apoio. A crítica do jornalista era em relação ao descaso da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) com os direitos dos jovens atletas:

A CBD quer fazer boa figura nas Olimpíadas, e até aí tudo certo. Mas, devia cuidar do esporte amador com carinho, coisa que não faz. O exemplo está aí mesmo nessa excursão à África. Mas, deixa isso de lado. O que quero colocar aqui e o que se pesa na balança é que não é com medalhas olímpicas que um povo se faz digno. Um povo só se faz digno na medida em que seus direitos são preservados plenamente em seu País. E os direitos desses craques da Seleção Amadora não estão sendo preservados. (MARCOS, 1976, p. 10).

Mesmo em um periódico que tinha o humor com instrumento em sua linha editorial, como *O Pasquim*, o incentivo à popularização dos esportes estava presente. Havia ali a compreensão de que se aproximar do tema, sempre presente nas edições, era aproximar-se de uma prática que tinha o gosto de uma parcela importante de jovens leitores, por isso a inclinação ao apoio de práticas amadoras e as críticas mais contundentes ao esporte como produto econômico da grande mídia ou associado aos discursos governamentais. No entanto, até mesmo o esporte profissional, objeto da televisão, por vezes era enaltecido. Foi o caso do terceiro título mundial de futebol masculino em 1970. Embora a ditadura relacionasse o tricampeonato de futebol e outros eventos e vitórias esportivas com sua propaganda de um “Brasil grande” (Rei, 2020), a imprensa alternativa soube o momento certo para fazer uma reflexão de que aquela vitória de 1970 não tinha relação alguma com a ditadura. Logicamente, o governo ditatorial teve todo o interesse em relacionar a vitória à sua atuação no campo esportivo, o que gerou uma reação da imprensa alternativa. Não, aquela vitória não era da ditadura, era democraticamente dividida pelos brasileiros. Nos termos do artigo de Fernando Pedreira, “Duas lições do México”, publicado no *O Pasquim*:

Quem é o responsável por esse surpreendente comportamento, tão pouco “brasileiro”? A intervenção do Estado e o governo revolucionário? Não. O futebol, felizmente, é uma das poucas coisas, neste País, que não foram estatizadas e nem sequer dependem do capital estrangeiro, a não ser no capítulo das verbas de publicidade. Pertence todo à iniciativa popular e particular: é o que pode haver de democrático. Quem fez a atual seleção foi a nação propriamente dita. Foram os clubes e entidades esportivas, com todos os seus defeitos; foi a crítica vigilante da imprensa; foi a pressão das paixões da opinião pública; foram os próprios jogadores. Com esses elementos, através de um debate mais livre, mais amplo e, talvez tão apaixonado quanto os da política, chegamos ao México. Pode ter sido uma lição. [...] Mas a Copa do Mundo deixou-nos com [água na boca. À espera do tempo em que os problemas reais da Nação brasileira, como a seca no Nordeste, por exemplo, ou as grandes questões políticas, possam ser submetidas ao livre debate, à pressão das paixões populares, ao alto grau de participação coletiva que é hoje, entre nós, um privilégio do futebol. (PEDREIRA, 1970, p. 11).

O esporte era metáfora de uma participação política ampla nos grandes problemas brasileiros. O tricampeonato do futebol era mérito da participação coletiva, de um amplo debate, da opinião pública e dos jogadores. Com a democracia, outras dimensões da vida social, além dos esportes, que eram dos poucos temas que podiam ser abordados de forma mais crítica, seriam mobilizadas no palco de disputas da opinião pública, como as questões políticas, econômicas e culturais.

Por isso, as práticas esportivas, como aspecto da vida social e de uma educação não escolarizada, eram recorrentes também na imprensa alternativa a partir de diversos usos. Representantes da cultura, como artistas atrelados a um pensamento progressista das juventudes dos anos 60 e 70 eram associados pelos seus gostos e prazeres com o esporte. No *O Pasquim*, considerando o conjunto documental pesquisado, são encontradas menções às paixões de Chico Buarque pelo futebol e pelo Fluminense, de Norma Bengel pelo hipismo, de Jô Soares pelo hóquei, de Ziraldo pelo basquetebol, e outros tantos exemplos.

Quando a questão do esporte era debatida a partir da ideia de uma massificação, de uma popularização ou do esporte como educação, havia uma tendência da imprensa alternativa em percebê-lo de forma muito mais positiva em comparação às práticas presentes na mídia, na televisão ou mesmo com esportes identificados com as elites econômicas, como o tênis e o automobilismo, ou com políticas educacionais mais identificadas com iniciativas governamentais.

No jornal *Movimento*, na coluna *Gente Brasileira*, que como já dissemos, tinha o objetivo de aproximar a intelectualidade progressista do cotidiano dos populares, o artigo “A Vida na Rocinha”, publicado em 1977, entrevistava o líder comunitário, Célio Nogueira. Na entrevista, Nogueira enaltece a cultura das comunidades, ressaltando o artesanato, a música e o esporte.

Verdadeiros artistas em matéria de artesanato que muitas vezes fazem certos trabalhos aí fora que a gente nem conhece, não sabe dos predicados destas pessoas, quando vai ver é morador da Rocinha. Um mão-de-obra excelente, principalmente em artesanato. [...] O brasileiro realmente é pujante, e não é só no trabalho. Na música, no esporte. Não somos nós os inventores do futebol? E já somos tricampeões do mundo. Por isso não é possível simplesmente acabar com a favela. (NOGUEIRA, 1977, p. 4).

No entanto, no mesmo jornal e na mesma data, a articulista Dulce Caldas argumentava que em relação aos negros e negras, essas representações limitavam a

inserção destas populações na sociedade brasileira e, em termos mais amplos, em sociedades ocidentais. Segundo ela, não que o esporte e a música devessem ser negados, mas a constante associação entre jovens negros e negras, artes e esportes causava restrições à inserção deles em outros campos da vida social. Em seus termos:

Primeiro, o preconceito de que negro tem que fazer samba, que na verdade se relaciona com um conceito estreito de vida social. O negro, em todas as sociedades onde ele se instalou, ou melhor, foi instalado, ainda é visto pelos olhos do colonizador como um elemento predominantemente irracional, sensual e emotivo, e só. Com a tendência à integração do negro na sociedade, dois caminhos se apresentaram basicamente a ele: o esporte e a arte, além da tradicional culinária. Fora esses setores, poucas portas se abriram para ele. E foi se afirmando nessas áreas que o negro adquiriu, nas sociedades ocidentais, o seu status social tão prometido e tão poucas vezes cumprido. (CALDAS, 1977, p. 17).

Sem dúvida, não era o caso de criar obstáculos às artes e aos esportes na vida social das populações pretas e pardas, mas, ao contrário, era o caso de ampliar as possibilidades de inserção na sociedade em um combate ostensivo ao racismo. Sim, o esporte como *prática* podia ser também apropriado por discursos antirracistas. Para isso, era preciso ressaltar o exemplo de alguns atletas de alto nível, por conta de sua representatividade na mídia, por seu protagonismo diante dos jovens. Foi o caso de Muhammad Ali no boxe. A imprensa alternativa ressaltava por meio de sua prática esportiva, seu pensamento engajado nas lutas em relação aos direitos civis dos negros nos Estados Unidos e por ter se recusado a lutar na Guerra do Vietnã. Nos termos do jornalista Luiz Carlos Maciel, em *O Pasquim*, no artigo “Muhammad na Boneca”:

Desde que Cassius Marcellus Clay perdeu, oficialmente, o título de campeão mundial de box [*sic*], de todos os pesos por ter-se recusado a servir o exército norte-americano, parece estar sofrendo uma verdadeira conspiração que pretende levá-lo ao silêncio e esquecimento. Se há um crioulo que não sabe o seu lugar é Clay, ou Muhammad Ali, o nome que adotou passou a fazer parte dos Black Muslims. O *establishment* respondeu a suas petulâncias. A peça de teatro que participou em Nova Iorque foi boicotada descaradamente pela crítica e público brancos. E até lutas frias, através de computadores, arranjaram para diminuir seu prestígio como esportista. Contudo, Clay ainda é, no esporte mundial, um nome mais importante do que - digamos - Pelé. (MACIEL, 1970, p. 29).

Da mesma forma, quando *O Pasquim* entrevistou a antropóloga Angela Gillian, em 1973, sobre a questão do racismo no Brasil, a menção ao boxeador norteamericano

Muhammad Ali também ocorreu em circunstâncias semelhantes, enaltecendo seu engajamento em comparação com Pelé.

Ele - Pelé - poderia fazer muita coisa positiva, ser um modelo. Mesmo com a fama que tem, ele poderia se ligar com aquela criança pobre que é negra. Poderia ser um modelo mais positivo. Ele se recusa totalmente a falar no assunto [racismo]. Ou recusa a admitir que, se não fosse quem é, com essa cara conhecida, sofreria um bocado. [...] Eu respeito muito Muhammad Ali. Porque ele deixou dinheiro pro lado, por questão de princípios. Ele é um homem simples, que está tentando viver com um princípio com o qual eu concordo. (GILLIAN, 1973, p. 12)

Em termos gerais, havia na imprensa alternativa nos anos de 1970, principalmente em *O Pasquim*, a partir da ironia e do chiste, uma certa representação sobre os esportes que os associavam a uma cultura da televisão, de interesse do capital e da ditadura. Por isso, era preciso criticá-los. Mas isto não era uma via de mão única, havia também, de forma recorrente, a defesa de posturas progressistas por parte de atletas de alto nível que tinham a atenção da mídia. Isto ocorria com Ali, mas também com importantes jogadores de futebol no cenário nacional, a exemplo do carioca Paulo César Cajú e suas denúncias em relação ao racismo; do ídolo do Atlético Mineiro, Reinaldo, com o enaltecimento de sua postura de jovem rebelde; da defesa da Anistia por parte de Zico; e das posturas críticas de Tostão e Gérson.

A imprensa alternativa conhecia o apelo das práticas esportivas em relação às juventudes e, sem dúvida, o papel do ídolo esportivo como alguém que se opunha, que se rebelava, o que era plausível para uma agenda de contraponto à ditadura e ao conservadorismo. Por isso, havia, por parte dos articulistas, uma combinação de admiração e ressentimento à figura mais importante da história do futebol brasileiro: Pelé. Os elogios a Muhammad Ali e outros jogadores eram consonantes com as críticas a Pelé. Por que ele não se posicionava? O que um posicionamento por parte deste ícone representaria no campo das lutas simbólicas? Logicamente, esse debate trazia à tona o papel do esporte em um projeto de redemocratização. Foi nesse contexto que um artigo no jornal *Movimento*, publicado em 1978, por Roberto Drummond, provocava uma reflexão sobre a forma como os esportes eram tratados por uma parte de jovens progressistas nos anos de 1970, com o provocativo título “Por acaso foi Pelé que derrubou Jango?”:

Isso aqui é uma polêmica, não é uma sentença, e eu digo que a verdade é que as esquerdas brasileiras (eu não diria as neo-esquerdas que estão surgindo agora) sempre foram dadas a ver assombrações de dia. Como se não bastassem os fantasmas reais, as nossas esquerdas criaram, principalmente de 64 pra cá, e mais principalmente ainda durante o governo Garrastazu Médici, alguns bois de cara preta e esses bois de cara preta eram quase todos ligados ao futebol. As esquerdas brasileiras sempre reagiram diante uma paixão popular (sim, porque é uma inegável paixão popular) como o futebol com chavões e lugares-comuns do tipo ópio do povo, pão e circo, etc. Acreditam nas esquerdas brasileiras, nos seus setores mais infantis, parece que foi um exército comandado por Pelé e formado por jogadores de futebol que derrubou o governo João Goulart em 64 e utilizando como armas (em vez de tanques, canhões, etc) chuteiras e gols, acabaram com toda a liberdade que tínhamos. (DRUMMOND, 1978, p. 11)

De fato, por exemplo, *O Pasquim* oferecia esse tipo de tratamento a Pelé. Na ocasião dos mil gols oferecidos às crianças pobres do país, as ironias de Jaguar e Millôr Fernandes ao feito de Pelé foram veiculadas pelo semanário. A imprensa alternativa sabia dos usos e apropriações do esporte para os interesses da ditadura. Logicamente, a imprensa compreendia esses mecanismos, mas as formas de oposição eram muito variadas, como neste artigo de Drummond (1978), que convidava as esquerdas a abandonar os chavões da “política pão e circo” e fomentar uma apropriação do esporte para uma educação progressista das juventudes.

Observamos que Drummond (1978) não mobiliza o termo “pão e circo” como conceito, mas como um lugar-comum, uma forma açodada e mecânica de perceber os esportes como ferramentas inequívocas de propaganda do Estado e dos interesses capitalistas. O historiador da antiguidade Paul Veyne (2008), pesquisador dos jogos dos gladiadores, faz uma crítica contundente em relação a essa transposição de uma prática política específica de Roma para qualquer período histórico no qual governos e Estados promovem divertimentos públicos, como se essas práticas tivessem uma essência que atravessa todos os tempos. Sendo assim, a noção de “política pão e circo” não pode ser ahistórica, sendo necessário problematizá-la conforme o tempo e o espaço. Caso contrário, a população e os jovens seriam sempre manipulados, sem possibilidades de resistência ou de apropriação, pelo simples fato de se engajar em práticas de divertimentos, lazeres e esportes.

Desse modo, para Drummond (1978), não havia sentido em criticar Pelé por ser garoto propaganda de empresas multinacionais, mas, ao contrário, perceber como o capital era hábil em se apropriar da imagem de importantes atletas como exemplo de

conduta moral aos jovens. Era preciso virar o jogo no campo simbólico das disputas políticas.

Nesse sentido, tornava-se necessário redimir os esportes, principalmente o futebol, por seu enorme apelo popular. Assim se confessava Fausto Wolff: em 1970, estavam ele e Millôr Fernandes assistindo à final da Copa de 70 em plena cidade de Roma. No início torceriam para Itália, pois sabiam que a ditadura usaria politicamente aquela vitória esportiva. Mas...

No jogo Brasil-Itália, eu e Millôr nos preparamos para torcer contra pois sabíamos do proveito que a ditadura tiraria da alegria do povo. Como, porém, torcer contra um time que ultrapassa os limites do esporte para transformar-se num fenômeno artístico de rara beleza com monstros como Pelé, Gerson, Rivelino, Tostão, etc? logo no primeiro gol da nossa seleção estávamos aos urros dentro de casa e éramos, sem dúvida, no raio de alguns quilômetros as únicas vozes destoantes do silêncio que se abateu sobre a cidade do pescador. [...] Lembrem-se que o futebol é uma das poucas coisas que o povo brasileiro ainda possui. (WOLFF, 1978, p. 38)

Quando tudo vai mal em um país agredido por uma ditadura, onde a fome é epidemia, com mortalidade infantil, censura, perseguições políticas, tortura, educação e saúde como privilégios, e juventudes sem perspectivas, a festa é uma saída temporária, mas importante. As populações mais pobres do país podiam esquecer um pouco o cotidiano difícil e festejar os feitos daqueles jovens esportistas, que de tão próximos e semelhantes a eles, eram como seus representantes. A alegria contagiante de 70 não perdurou e, nas palavras de Wolff, em 1978, quando ele retornou do exílio, tudo de ruim que o país tinha ainda permanecia. O resultado daqueles anos era um Brasil que já não possuía motivos de orgulho. Não havia sequer grandes compositores, jornalistas e jogadores de futebol (WOLFF, 1978).

Para Millôr Fernandes, esse era um ponto que merecia destaque, era isso que estava por trás das ironias e críticas ao futebol e, por tabela, a Pelé. Millôr afirma em uma nota intitulada “Proxenetismo” que a atleta Silvina das Graças, medalha de prata nos Jogos Panamericanos de Cali, no atletismo, iria abandonar o esporte por falta de apoio financeiro. Para Millôr, o futebol era a causa do abandono por absorver todas as verbas publicitárias e toda a atenção dos governos e intelectuais, esmagando as outras modalidades (FERNANDES, 1971, p. 23). Assim, há uma maior aproximação da imprensa alternativa com as práticas esportivas relegadas à invisibilidade, tão populares

quanto o futebol e presentes no cotidiano, mas quase invisíveis em termos comparativos com o futebol.

Por exemplo, no caso do surfe, retratado n' *O Pasquim* e no jornal *Movimento*, podemos, inicialmente, identificá-la como uma prática relacionada a uma juventude abastada da zona sul do Rio Janeiro e do litoral paulista, que, de forma presumível, na visão daqueles jovens articulistas da imprensa alternativa, poderia ser vista como “descompromissada” politicamente. Por isso, cabia a eles, por meio do chiste e da crítica, evidenciar certo contragosto com o descompromisso daquela juventude identificada pelo surfe. No entanto, essas representações são mais complexas e os surfistas desempenhavam diferentes papéis na imprensa alternativa.

No jornal paulistano *Movimento*, dificilmente o surfe era retratado e quando aparecia não era de forma positiva. Por exemplo, o jornalista Passos (1976) denunciava que a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes da cidade de Santos acusava a imprensa paulistana de promover uma campanha de divulgação da poluição das praias daquela cidade. Na versão do jornalista, a imprensa paulistana cumpria o dever de informar e denunciar a poluição das praias e tinha como opositores uma aliança entre os gestores municipais de Santos e os surfistas, que diziam que as águas não eram poluídas. O jornal *Movimento* explica ao leitor que os jovens surfistas eram premiados com medalhas por defender essa posição.

Já *O Pasquim* adotava uma postura mais próxima do surfe, pois ao pensarmos na quantidade de anúncios de venda de pranchas em seus classificados, podemos conjecturar que os jovens surfistas eram leitores do semanário, por isso havia naquele periódico muito mais críticas em relação ao futebol, ao tênis e ao automobilismo do que em relação ao surfe. Desse modo, existia uma identificação dos jornalistas com uma juventude “cuca limpa”, nos termos do articulista Athayde (1974).

Existia certa empatia entre os jovens jornalistas d' *O Pasquim* e a juventude surfista, isto porque entre os anos de 1960 e 1970, a prática do surfe foi considerada uma filosofia de vida que se aproximava da contracultura, da crítica ao *American way of life*, pelo modo de vida libertário e pelo discurso de negação da sociedade de consumo, que afetou os jovens surfistas da zona sul carioca (ALVES; MELO, 2017). Para Fortes, Melo e Dias (2012, p. 125), nos anos sessenta, “o surfe indicava sim uma certa distensão dos costumes, foi um dos símbolos de uma juventude atraída pela extravagância do comportamento e o exotismo da aparência dos surfistas, que adotavam um estilo de vida

marcado pelo descompromisso”, sendo que a partir dos setenta, o surfe vai dialogar mais com a contracultura em uma postura de resistência.

Mas o surfe não era apropriado somente pelos jovens cariocas abastados e *O Pasquim* evidenciava isso. Era uma prática que podia ser apropriada pelas juventudes populares do litoral brasileiro, desmistificando a representação de uma prática exclusiva ou distintiva das classes médias e altas do Rio de Janeiro ou do litoral paulista. Por exemplo, Ziraldo já citava na nota “Esporte espetacular”, a prática do surfe por crianças potiguanas pobres com tábuas, em Baía Formosa, no Rio Grande do Norte (Ziraldo, 1977).

Caso o esporte se restringisse às práticas mais populares oriundas da rua, o tratamento seria diferente. Havia, neste sentido, prazer e contentamento dos jovens naquelas práticas e todo o apoio para o acesso, o que deveria ser defendido por meio de uma política de urbanização que visse a rua como espaço de educação para a democracia. Para Mollica, no artigo “Só o humor constrói”, publicado n’ *O Pasquim*, em 1980:



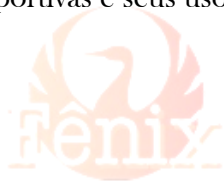
Quem nunca brincou na rua? Eu já. Passei minha infância e adolescência jogando bola, vôlei, queimado, carniça, pique, bandeira, tiro ao alvo, bola de gude, pingue-pongue, sacanagem, o diabo a quatro descalço de calção naquela rua do Rio Comprido. [...] É a partir do mito e seu culto que o jogo passa a existir, criando uma ponte entre os seres e as coisas, no sentido de torná-las humanas, passíveis de usos e apropriações, capazes de serem imaginadas de diversas maneiras [...]. São certamente formas lúdicas de apropriação do espaço urbano que conduzem a novas situações sociais propostas pela população anônima das cidades, produzindo com isso conhecimento ao nível da cultura e do prazer, eu afirmo. Apropriar-se, fazer usos diferentes de coisas e objetos sob o culto do Poder, é crítica social. (MOLLICA, 1980, p. 27)

Por meio destas fontes oriundas da imprensa alternativa, é possível perceber que diferentes representações sobre os esportes, bem como jogos e divertimentos, atribuem sentidos distintos aos seus usos e apropriações. Além das previsíveis críticas a alguns esportes de alto rendimento que, mesmo sem alcançar a visibilidade comercial do futebol, incomodavam os articulistas por sua identificação com as elites econômicas, como o automobilismo e o tênis, havia uma miríade de outras práticas esportivas que, por conseguinte, teriam mais apelo entre as juventudes oriundas de classes e grupos sociais mais populares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, compreendemos que haveria diferentes apreensões da realidade por parte dos jornais, dos cronistas e dos leitores, vislumbrando disputas simbólicas no campo esportivo que estavam pautadas e/ou reverberam também em diferentes posturas políticas em um contexto de Guerra Fria. No caso brasileiro, essas disputas eram mobilizadas por meio das práticas esportivas. Para uma parte significativa dos jovens atletas, torcedores, técnicos, é verossímil compreendermos que o esporte fosse somente esporte, apartado de qualquer forma de interferência política.

Contudo, mesmo em uma imprensa alternativa, muitas formas de compreender as práticas esportivas em meio a lutas do campo cultural reverberavam na análise de diferentes posturas e posicionamentos políticos das juventudes. Nesse sentido, não seria plausível organizar o embate político de forma dicotômica na oposição de dois grupos antagônicos, como conservadores e progressistas, comunistas e anticomunistas, direita e esquerda. Para uma análise mais acurada, naquele cenário de ditadura militar no Brasil, foi preciso, mesmo dentro de um mesmo espectro da imprensa alternativa, abandonar sistemas binários de explicação e perceber diferentes posições sobre o lugar das práticas esportivas e seus usos por parte dos jovens.



www.revistafenix.pro.br

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. **A Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ALMADA, Pablo Emanuel Romero. Repensando as interpretações e memórias de 1968. **Tempo Social**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 225-243, 2021.

ALVES, Vladimir Zamorano, MELO, Victor Andrade. Um novo barato: surfe e contracultura no Rio de Janeiro dos anos 1970. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 2-9, 2017.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. p. 161-179. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

ATHAYDE, Eduardo. O Pasquim entrevista os caras do surf: o esporte da onda. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, n. 286, 1974, p. 14-16.

AZEDO, Mauricio. Os décimos lugares. **Movimento**, São Paulo, 4 ago. 1975, p. 9.

**BUZALAF, Marcia Neme. A censura no Pasquim (1969-1975): as vozes não-silenciadas de uma geração**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Assis, 2009. 220 p.

- CALDAS, Dulce. Gilberto Gil: saci-pererê, palhaço, cuca-fresca. **Movimento**, São Paulo, 24 jan. 1977, p. 17.
- CARASSAI, Sebastián. The Dark Side of Social Desire: Violence as Metaphor, Fantasy and Satire in Argentina, 1969–1975. **Journal of Latin American Studies**, v. 47, n. 1, p. 31-63, 2015.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CORREIA, Renan Felipe, GOIS JUNIOR, Edivaldo, SOARES, Antônio Jorge. Sports, the Cold War, and anti-communism in the press: A history of the Brazilian Men's Basketball World Championship titles (1959 and 1963). **International Journal of the History of Sport**, v. 21, p. 1-21, 2021.
- COUTO, Euclides de Freitas. **Da Ditadura à Ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)**. Niterói: Editora da UFF, 2014.
- DRUMOND, Maurício. **Estado novo e esporte: A política e o esporte em Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945)**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2014.
- DRUMOND, Maurício. Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 398-421, dez. 2009.
- DRUMMOND, Roberto. Por acaso foi Pelé que derrubou Jango? **Movimento**, São Paulo, 12 jun. 1978, p. 11.
- EPB: ame-a ou deixe-a. **Movimento**, São Paulo, 8 nov. 1976, p. 10.
- FERNANDES, Millôr. Proxenetismo. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, n. 117, 1971, p. 23.
- GILLIAN, Angela. O negro continua com a vassoura na mão. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, n. 227, 1973, p. 10-13.
- GROPPO, Luís Antônio. **Juventude: ensaios sobre Sociologia e História das juventudes modernas**. São Paulo: Difel, 2000.
- HALBWACKS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARMER, Tanya. Brazil's Cold War in the Southern Cone, 1970–1975. **Cold War History**, v. 12, n. 4, p. 659-681, 2012.
- HOLT, Richard. Contrasting nationalisms: sport, militarism and the Unitary State in Britain and France before 1914. **The International Journal of the History of Sport**, v. 12, n. 2, p. 39-54, 1995.
- MACIEL, Luiz Carlos. Muhammad na Boneca. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, n. 39, 1970, p. 29.
- MARCOS, Plínio. Mais vexame da CBD. **Movimento**, São Paulo, 14 jun. 1976, p. 10.
- MARTINS, Mario. Ameaça Crescente. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 maio. 1963, p. 13.
- MELO, Victor Andrade, FORTES, Rafael, DIAS, Cleber. Sobre as ondas: surfe, juventude e cultura no Rio de Janeiro dos anos 1960. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 112-128, 2012.
- MOLLICA. Só o humor constrói. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, n. 577, 1980, p. 27.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1-21, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. Desafios para a história nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 68, n. 01, p. 18-56, jan./jun., 2020.

- NOGUEIRA, Célio. A vida na Rocinha. **Movimento**, São Paulo, 24 jan.1977, p. 4.
- PASSOS, José Meirelles. Medalhas contra a poluição. **Movimento**, São Paulo, 6 nov. 1976, p. 10.
- PEDREIRA, Fernando. Duas lições do México. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, n. 54, 1970, p. 11.
- PESSOA, Vitor Lucas de Faria; DIAS, Cleber. Política, associativismo e esporte universitário na década de 1930. **Movimento**, Porto Alegre, v. 26, p. e26066, 2020.
- POLLAK, Michael. Memória, silêncio, esquecimento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- REI, Bruno Duarte. **Celebrando a pátria amada**. Rio de Janeiro: 7letras, 2020.
- REICHEL, Peter. Festival and cult: masculine and militaristic mechanisms of national socialism. **The International Journal of the History of Sport**, v. 16, n. 2, p. 153-168, 1999.
- REIS, Daniel, MORAES, Pedro. **1968, a paixão de uma utopia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- SETEMY, Adrianna; MESQUISTA, Cláudia. Juventude e rebeldia: notas sobre a geração brasileira de 1968 p. 372-392. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História dos Jovens no Brasil**. São Paulo: EdUNESP, 2022.
- SEVILLANO, Daniel Cantinelli. Movimento estudantil e cultura musical de 1968 a 1980. p. 97-112. In: LIRA, José (org.). **História e cultura estudantil: revistas na USP**. São Paulo: EdUSP; Centro de Preservação cultural da USP, 2012.
- SIMÕES, Renata Duarte. **A Educação do corpo no jornal A Offensiva (1932-1938)**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. 185 p.
- SOARES, Antonio Jorge Goncalves. História e invenções de tradições no campo do futebol. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 23, p. 119-146, 1999.
- SOUSA, Inara Bezerra Ferreira. **O jornal Movimento: a experiência na luta democrática**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, 2014. 118 p.
- SPURR, Michael. "Playing for fascism": sportsmanship, antisemitism and the British Union of Fascists. **Patterns of Prejudice**, v. 37, n. 4, p. 359-376, 2003.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve história e Foucault revoluciona a história**. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 2008.
- WOLFF, Fausto. Já fui brasileiro como vocês. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, n. 469, 1978, p. 38.
- ZIRALDO. Esporte Espetacular. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, n. 1977, 409, p. 31.

Recebido em: 21/05/2024  
Parecer dado em: 19/07/2024